

LÊNIN E O IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

LENIN Y EL IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO

LENIN AND CONTEMPORARY IMPERIALISM

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i2.38082>

Luis Eduardo Rocha Maia Fernandes¹

Resumo: O presente trabalho busca apresentar parte da construção teórica de V.I. Lênin sobre o fenômeno do imperialismo. A partir da apresentação de categorias e tendências econômico-sociais apontadas por Lênin, destacamos a compreensão ampliada lenineana do imperialismo. Para além de um fenômeno “econômico” puro, o imperialismo se relaciona ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista e à subordinação de outros modos de produção ao capitalismo numa mesma formação econômico-social. Nesse sentido, sustentamos que, apesar de notáveis mudanças, a teoria lenineana do imperialismo mantém importantes pontos de validade.

Palavras-Chave: Imperialismo. Lênin. Pensamento Econômico.

Resumen: El presente trabajo trata de presentar parte de la construcción teórica de V. I. Lenin sobre el fenómeno del imperialismo. De la presentación de categorías y tendencias económicas y sociales señaladas por Lenin, destacamos la comprensión ampliada de Lenin del imperialismo. Además de un fenómeno puramente "económico", el imperialismo está relacionado con el carácter desigual del desarrollo capitalista y con la subordinación de otros modos de producción al capitalismo en la misma formación económico-social. En este sentido, sostenemos que, a pesar de los cambios notables, la teoría del imperialismo de Lenin mantiene importantes puntos de validez.

Palabras-Clave: Imperialismo. Lenin. Pensamiento Económico.

Abstract: The present work presents part of V. I. Lenin's theoretical construction on the phenomenon of imperialism. From the presentation of categories and economic and social trends pointed out by Lenin, we highlight Lenin's expanded understanding of imperialism. In addition to a pure “economic” phenomenon, imperialism is related to the unequal character of capitalist development and to the subordination of other modes of production to capitalism in the same economic-social formation. In this sense, we maintain that, despite notable changes, Lenin's theory of imperialism maintains important points of validity.

Keywords: Imperialism. Lenin. Economic Thought.

Em 1990, o economista indiano Prabhat Patnaik já criticava o abandono por parte da esquerda ocidental à teoria do imperialismo. No Brasil, sumariamente, há três grandes abordagens influentes

academicamente que substituem a noção de imperialismo para compreender as hierarquias interestatais no sistema capitalista.

A primeira que identificamos se relaciona com a produção de Giovanni Arrighi. Em uma das suas principais obras, **O longo século XX**, Arrighi procura unir ecleticamente elementos da tradição marxista, em especial as contribuições de Antonio Gramsci, com a teoria dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel. Nessa perspectiva, Arrighi enfatiza as disputas históricas interestatais pela “hegemonia mundial” secundarizando elementos clássicos sobre os fundamentos do sistema imperialista como a questão dos monopólios, exportação de capitais e das oligarquias financeiras. No entanto, é preciso enfatizar que existem outros teóricos que tentaram unir o arsenal teórico e histórico da teoria dos sistemas-mundo com a categorização clássica de imperialismo, como Samir Amin e Theotônio dos Santos².

A segunda grande abordagem, esta antagônica a noção de imperialismo, foi a construída por Antonio Negri e Michael Hardt (2001) em **Império**. Para os autores, o imperialismo era coisa do passado e a guerra do Vietnã teria sido a última expressão da política imperialista, diante da crescente importância de organismos multilaterais, em especial os da ONU, apoiados pelos EUA e o nascedouro de uma ordem mundial desterritorializada. O imperialismo hierarquizado, do passado, criaria uma “camisa de forças para o capital”, segundo Hardt e Negri, por isso foi sucedido pelo “espaço suave do mercado capitalista”. O “Império” não teria mais fronteiras, pátria e seria baseado em relações em “rede”, portanto, sem centro nem periferia. Conforme destacado nessa passagem:

Entendemos “Império”, entretanto, como algo completamente diverso do “imperialismo”. As fronteiras definidas pelo moderno sistema de Estados-nação foram fundamentais para o colonialismo europeu e para a expansão econômica [...]. O imperialismo era, na realidade, uma extensão da soberania dos Estados-nação europeus além de suas fronteiras. [...] A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12).

Para Foster (2019), essa teoria de Negri e Hardt seria uma “versão à esquerda” do “fim da história” de Fukuyama”. Inclusive, o sociólogo estadunidense destaca o sucesso de crítica do livro de Negri e Hardt nos principais meios acadêmicos e midiáticos nos EUA. Além de negar a teoria do imperialismo, os referidos autores também negam qualquer centralidade da classe trabalhadora em processos mais amplos de transformação social. A emergência do trabalho imaterial e da fase pós-industrial, segundo os autores, negaria qualquer identidade comum entre os trabalhadores, dando vazão ao conceito de “multidão”.

Segundo Corrêa (2012), a multidão aparece em seu registro como unidade antagônica do Império, não guardando mais do que uma vaga semelhança com a noção tradicional de classe, da qual os próprios autores tentam se distanciar. Enquanto, para Negri e Hardt, a categoria classe trabalhadora (operária) diria respeito exclusivamente ao operariado fabril, a multidão teria um sentido mais amplo (como todos os que atuam sob o comando do capital), mas apenas para enfatizar que os indivíduos só poderiam se identificar com grupos mais específicos. Suas referências teriam de ser, portanto, as “micro-

identidades”, as lutas particulares dos movimentos de negros, de grupos religiosos, de feministas, de homossexuais etc.

Por último, David Harvey (2017) em seus últimos trabalhos e intervenções públicas têm defendido que a categoria de imperialismo não daria mais conta da complexidade da geografia econômica do capitalismo contemporâneo. Para Harvey, imperialismo seria um conceito universal que acabaria por obscurecer e colocar uma “camisa de forças” na análise da lógica sócio-espacial do capitalismo contemporâneo. A relação entre centro-periferia seria uma geografia econômica muito rígida diante de um capitalismo mais dinâmico e multifacetado nas suas configurações espaciais.

No início desse século, Harvey chegou a escrever um livro sobre o “novo imperialismo”. A ideia das expropriações e da “acumulação por espoliação” têm sido incorporadas por diversos intelectuais e pesquisadores. Contudo, mesmo nessa obra, a concepção de imperialismo em Harvey nos parece estranha à tradição marxista. O geógrafo sofre influência de Hanna Arendt e Arrighi em sua conceituação de imperialismo (já abandonada em seus últimos trabalhos). Em Arendt, Harvey bebeu em sua concepção de que capitalismo se constitui enquanto busca ilimitada pelo poder, enquanto de Arrighi, a noção utilizada foi a de que o capitalismo é a síntese de duas lógicas distintas (territorial e a econômica). Conforme o economista Hugo Corrêa alerta:

O problema é que a separação entre lógica “territorial” e “capitalista” pode sufocar o próprio espírito inicial da teoria de Harvey, de encontrar os determinantes da expansão territorial no capitalismo. Isso porque se supõe explicitamente que as determinações políticas encontram-se em âmbito distinto (regidas por uma “lógica diferente”) das determinações econômicas – o que não causa tanto espanto no caso de Arrighi, onde é sentida uma nítida influência weberiana, mas que é difícil de entender em marxistas com amplo conhecimento sobre os problemas que cercam as teorias do Estado, como é o caso de Harvey e Callinicos. O problema não é menos grave na legitimação conferida à descritiva de Arendt sobre a “busca ilimitada por poder”, na qual a categoria poder surge de modo quase “místico”, como algo anistórico e cuja *raison d'être* permanece inexplicada (presumidamente por ser considerado um truismo). Dito de outro modo, mesmo que se assumisse como válida a teoria arendtiana, por que deveríamos crer que o “poder”, seja lá o que for, é objetivo incontestado da sociedade capitalista ou da ação humana enquanto tal? (CORRÊA, 2012, p. 194-195).

No entanto, entre aqueles que defendem a atualidade da teoria do imperialismo, em especial entre abnegados militantes de esquerda, há uma “paralisa” teórica e histórica dessa categoria, principalmente, através de leituras superficiais dos “clássicos do imperialismo”. Sem dúvida, Lênin foi um dos grandes intérpretes do imperialismo em seu tempo, além de ter sido o maior marxista do século XX. A teoria do imperialismo lenineana possui traços históricos, como também revela importantes tendências “estruturais” da era monopólica do capitalismo que ainda possuem atualidade. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a apresentar pontos de atualidade da teoria do imperialismo lenineana e possíveis contribuições desse clássico para a compreensão dos atuais debates acerca do imperialismo contemporâneo.

O pensamento econômico de Lênin: da noção de formação econômico-social à descoberta da lei do desenvolvimento desigual

Vladimir Ilitch Uliánov, codinome Lênin, possui uma extensa e complexa obra que perpassa por diversas áreas de conhecimento, da política, filosofia até a economia. Como revolucionário, sua reflexão teórica se vinculava a intervenção prática transformadora e por isso a perspectiva política e social na obra de Lênin é central. No entanto, se distanciando de qualquer voluntarismo, para o revolucionário russo, a luta política se manifesta a partir de uma objetividade que condiciona as lutas sociais e políticas. Daí a importância da crítica da economia política em seu pensamento, que se expressa em estudos que se relacionam diretamente com questões práticas, como por exemplo a luta teórica contra os “populistas russos” e os debates acerca da NEP.

Nesse pequeno artigo não temos a pretensão de esgotar a temática econômica no pensamento de Lênin. Sendo assim, apresentamos duas leis econômicas importantes para melhor compreendermos a sua teoria do imperialismo. A primeira delas se relaciona à noção de formação econômico-social e a segunda à de desenvolvimento desigual do capitalismo. Antes de adentrarmos nessas duas formulações, cabe uma ponderação. Coerente com o método de Marx e Engels, Lênin considerava que o conjunto de leis sociais e econômicas são tendências no devir do movimento histórico, isto é, ao mesmo tempo em que há as tendências, se produzem contratendências na realidade social. Assim, sua formulação passa longe de qualquer compreensão estanque do movimento histórico, conforme destaca Lefebvre:

Estas leis são leis de tendência, de devir (portanto, relativas, válidas apenas dentro de certa esfera, dentro de certos limites). A tendência não é uma aparência vaga, incerta, flutuante; é ela, pelo contrário, que, enquanto devir, envolve a essência e a lei. No capitalismo, por exemplo – no capitalismo de livre concorrência – tende a formar-se uma taxa de lucro média e este lucro médio, pela concorrência dos capitais, tende a baixar (LEFEBVRE, 2020, p. 182).

Além de dominar o método marxiano-engelsiano, mesmo em sua juventude, Lênin já tinha amplos conhecimentos da crítica da economia política. Tendo como pano de fundo o embate teórico com os populistas na interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia³, o revolucionário russo dá centralidade à categoria de formação econômico-social, já presente em obras de Marx e Engels. Para ele, um dos fundamentos da crítica da economia política dos fundadores do marxismo é a análise articulada entre a estrutura econômica e a superestrutura, em especial a luta de classes.

Ao criticar a sociologia burguesa de sua época, no texto de 1894 **O que são os ‘amigos do povo’ e como eles lutam contra os social-democratas?**, Lênin enfatiza a importância de uma perspectiva de unidade e totalizante para compreender a realidade concreta russa. Nesse sentido, a categoria de “formação econômico-social” traria esse sentido profundo de entender o concreto como fruto de “múltiplas determinações”. Além da existência de outros modos de produção, a noção de formação econômico-social lenineana também abarca elementos políticos, sociais e culturais no conjunto das relações sociais. Citemos Lefebvre (2020, p.184) novamente:

É assim que a “formação econômico-social” adquire um sentido profundo. Há relações dos homens com a natureza – e relações dos homens uns com os outros. Da interação do econômico e do social nasce uma formação em sentido pleno. Não uma estrutura fixa, mas uma realidade que se desenvolve como um organismo vivo (embora especificamente humano, histórico e social). Esta formação arrasta atrás do seu presente atual (a indústria “moderna”) um imenso passado e, por fim, a história inteira. Da mesma forma, um organismo complexo e diferenciado tem em si partes, tecidos ou

células que datam do começo do seu desenvolvimento e outros tecidos ou células que só mais perto do final apareceram.

Nesse sentido, Lênin ressalta que o desenvolvimento histórico e social não avança linearmente. Em seu minucioso estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, publicado em 1899, o líder bolchevique aprofunda sua crítica ao idealismo dos intelectuais populistas, em especial no que diz respeito às relações agrárias na Rússia. Para os populistas, como Postnikov e Krassin, o capitalismo seria um atraso, por isso a melhor tática para os revolucionários seria paralisar o seu desenvolvimento. No campo, para os populistas, ainda predominavam relações não capitalistas.

Lênin, a partir da pesquisa empírica sobre a realidade russa e grande domínio teórico da crítica da economia política, sustentou justamente o inverso da tese defendida pelos intelectuais populistas. Para ele, o capitalismo já avançara na Rússia. O empobrecimento de parte dos camponeses não implicava na liquidação do mercado interno, pelo contrário é uma consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e de formação do proletariado. Portanto, o problema russo não se relacionava com uma suposta limitação do mercado interno e na dificuldade de realização da mais valia:

Os Srs.V.V. e N-on imaginam apreciar a fundo as contradições do capitalismo ao indicar as dificuldades de realização da mais-valia. Em verdade, apreciaram muito superficialmente essas contradições porque, se se quer falar das “dificuldades” da realização, das crises oriundas etc., é preciso para reconhecer que tais “dificuldades” não são apenas possíveis, mas necessárias para todas as partes do produto capitalista- e não somente para a mais valia. Dificuldades desse gênero, dependentes da distribuição desproporcional dos diferentes ramos da produção, surgem incessantemente não só na realização da mais-valia, mas ainda na do capital variável e do capital constante; surgem na realização do produto tanto em artigos de consumo quanto em meios de produção capitalista, produção de produtores isolados para um mercado mundial que desconhecem (LENIN, 1982, p. 19).

Nesse sentido, Lênin recoloca o debate acerca do problema do mercado interno e da realização numa perspectiva global do desenvolvimento do capitalismo. Demonstrando conhecimentos dos três livros de “O Capital”, o jovem Lênin não entendia o capitalismo enquanto um “sistema fechado”, mas na sua totalidade que perpassa pela produção, distribuição, consumo e a repartição da mais-valia entre as classes capitalistas. Para a realidade russa, o revolucionário russo constata que o capitalismo por si só seria incapaz de liquidar, por si próprio, os resquícios das antigas formações econômico-sociais.

A partir dessa constatação, Lênin aponta duas tendências importantes sobre o desenvolvimento do capitalismo. A primeira seria que, no interior de uma formação econômica-social contemporânea, os demais modos de produção se subordinam ao capitalismo, ou seja, as estruturas econômicas anteriores podem desaparecer ou permanecer gozando de uma relativa autonomia. No entanto, quando persistem essas estruturas são funcionais e se subordinam a lógica da reprodução ampliada do capitalismo em seu sentido global (LEFEBVRE, 2020, p. 187).

Dando consequência à noção de formação econômico-social e perspectiva global e contraditória da formação do capitalismo, Lênin, com prudência e extremo rigor científico, propõe a tendência ao caráter “desigual do desenvolvimento do capitalismo”. Essa noção já presente no pensamento marxiano-

engelsiano, em especial nos escritos de crítica cultural, é desenvolvida pelo líder bolchevique a partir de suas investigações sobre a realidade russa. Sumariamente, o caráter desigual do desenvolvimento capitalista remete que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas não avançam simultaneamente ao mesmo ritmo histórico. Se Marx e Engels descobriram as tendências gerais da acumulação capitalista, Lênin, a partir da particularidade russa, descobre as tendências da universalização e as suas múltiplas determinações do capitalismo. Conforme observa José Paulo Netto:

O Desenvolvimento é a mais “russa” de todas as grandes obras de Lênin – e, paradoxal e exatamente, aí me parece residir a sua universalidade. Porque não se trata, neste livro, de “aplicar” um método precioso – no caso, aquele elaborado por Marx – a uma dada realidade. Antes, o procedimento lenineano consiste, a partir desse método, em agarrar a realidade de modo tal que a sua particularidade não resulte subsumida no reducionismo inerente às instâncias teórico-metodológicas. Daí, também, a sua criatividade: o aparato metodológico não retorna, desse mergulho na particularidade, idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece com novas determinações. A universalidade desse texto se encontra na sua exemplaridade (NETTO, 1982, p. XXI).

Se foi durante os embates teóricos e políticos de sua juventude que se germinaram as descobertas dessas tendências, através de seus estudos e publicação sobre o imperialismo que Lênin amadurece essas reflexões. A lei do desenvolvimento desigual, a partir de então, deixa de ser apenas mais uma tendência sócio-econômica da história do capitalismo para vir a ser, no pensamento de Lênin, a lei fundamental do período de transição do capitalismo para o socialismo no século XX (LEFEBVRE, 2020, p. 206). Esse preâmbulo é fundamental para compreendermos a construção teórica e política da categoria de imperialismo lenineano.

Lênin e a teoria do imperialismo

Os debates no interior do movimento operário, no início do século XX, sobre o fenômeno do imperialismo são parte de um dos capítulos mais ricos e densos na história do movimento socialista. Lênin é protagonista nesse debate e sintetiza em sua formulação sobre o imperialismo o seu acúmulo maduro no terreno político, filosófico e econômico. O estudo da dialética hegeliana foi decisivo para que Lênin conseguisse ampliar a categoria de formação social-econômica, assim como as tendências à subordinação de estruturas socioeconômicas pretéritas ao capitalismo e o caráter desigual de seu desenvolvimento.

Todas essas são reflexões que passam longe de um mero debate epistemológico com os seus adversários. Como bem define Lukács, a teoria do imperialismo, em Lênin, é a teoria da situação mundial concreta provocada pelo imperialismo (LUKÁCS, 2012, p. 63). Nesse sentido, a profundidade teórica de Lênin viabiliza sua diferenciação política no interior do movimento socialista. A obra de Hilferding, por exemplo, foi a expressão mais sofisticada das correntes hegemônicas na chamada “II Internacional”. Em **O capital financeiro**, o autor tratou das principais questões econômicas e políticas do início do século XX: política monetária, crédito, a política imperialista das potências, e as características principais do capital financeiro. No entanto, Hilferding, associado às correntes majoritárias da Internacional Socialista, acreditava que a dominância dos bancos frente ao capital industrial e o processo de oligopolização

levariam a diminuição da concorrência intercapitalista, e conseqüentemente a uma era de um “capitalismo organizado”.

Apesar de diferentes conclusões políticas, a obra de Hilferding, no plano científico, avançara numa compreensão da era monopólica do capitalismo. No livro, o autor austríaco reforça o papel concentrador e centralizador da sociedade por ações. Aliás, trata detalhadamente das conseqüências dessa forma de propriedade, reiterando duas decorrências: i) as implicações da constituição de gigantescas unidades de capital sobre a produtividade e a concorrência; ii) as conseqüências da dissociação entre propriedade e comando (HILFERDING, 1982).

Sem dúvida, o grande alvo político de Lênin em suas reflexões sobre o imperialismo era o líder da social-democracia alemã, Karl Kautsky. Kautsky, em 1914, define o imperialismo como um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Tratava-se do impulso de todas as potências industriais a submeter e anexar regiões agrárias cada vez mais vastas (KAUTSKY, 1914). O imperialismo seria uma fase e uma política transitória do capitalismo monopolista e a tendência a concentração e centralização de capitais levaria a formação de uma forte cartelização da economia mundial e, conseqüentemente, haveria uma tendência a amenizar as concorrências intercapitalistas:

Assim, do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda possa existir através de outra fase, a versão de uma cartelização na política externa: a fase de ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos lutar contra com a mesma energia, como fazemos contra o imperialismo, mas cujos perigos estarão em outra direção, não no da corrida armamentista e da ameaça à paz mundial (KAUTSKY, 1914).

Cabe mencionar também a brilhante obra e o esforço teórico de Rosa Luxemburgo. A revolucionária polaco-alemã, em **A acumulação de capital**, desenvolve uma perspectiva internacional da lógica da reprodução ampliada de capital de Marx dando um destaque especial para as regiões periféricas (não capitalistas) como centrais para a continuidade da reprodução capitalista. Sumariamente, Luxemburgo localiza o fenômeno do imperialismo como uma necessidade de ampliação da extração de mais-valor e barateamento de matérias primas através da exploração de países não capitalistas pelas grandes potências industriais. Ao contrário de Kautsky, Rosa Luxemburgo apontava que as condições históricas da acumulação capitalista levariam ao problema da realização da mais-valia ou do subconsumo. As economias coloniais e semicoloniais seriam destruídas ou fortemente bloqueadas pela lógica imperialista e, conseqüentemente, haveria dificuldades para a reprodução ampliada dos capitais.

Cabe também destacar que existem outras contribuições sobre o imperialismo não menos importantes. Hobson, Bukhárin, Trótski, dentre outros, também produziram análises pertinentes sobre o tema. Contudo, o objetivo do atual trabalho não se concentra na revisitação desse denso debate, mas na apresentação das particularidades da formulação lenineana para a compreensão contemporânea do imperialismo.

Sendo assim, uma das características teóricas marcantes de Lênin é a capacidade em articular o econômico e o político como parte de uma mesma totalidade. Embora essas esferas tenham suas particularidades, Lênin as articula através de seu entendimento de formação econômico-social e do caráter

desigual do desenvolvimento capitalista. Lênin inicia uma perspectiva de interpretação do imperialismo através daquilo que Harry Magdoff sintetizou como o imperialismo não é uma escolha, mas um modo de vida e sobrevivência do capitalismo.

Em sua época, unindo teoria e pesquisa empírica, Lênin elenca cinco grandes características do fenômeno do imperialismo: 1) a concentração da produção dos monopólios: o capitalismo livre-concorrencial se transformando em capitalismo monopolista; 2) a nova função social dos bancos⁴: a medida em que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, eles deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todopoderosos, dispendo da quase totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas de um dado país ou de toda uma série de países; 3) o surgimento do capital financeiro e da oligarquia financeira através da fusão ou interpenetração do capital industrial com o capital bancário; 4) diante do excedente de capitais, a necessidade da exportação de capitais em escala mundializada e a formação de uniões internacionais monopolizadoras, que dividem o mundo em zonas de influência, e por fim, 5) a partilha territorial do mundo pelas potências capitalistas.

Assim como Hilferding, Lênin também constata a crescente separação entre propriedade e gestão advinda do agigantamento da sociedade de ações. Para ele, a oligarquia financeira seria uma classe parasitária, isto é, um conjunto de pessoas que vivem do corte de cupons de títulos, que são completamente estranhas à participação em qualquer ato de produção e cuja única profissão é a ociosidade (LENIN, 2012).

O desenvolvimento do caráter parasitário do capitalismo monopolista e o predomínio de uma fração superior da classe burguesa, a oligarquia financeira, acirram os conflitos intercapitalistas e as lutas de classes. Assim sendo, para Lênin, o mundo encontrava-se cada vez mais dividido entre um punhado de Estados-usuários e uma imensa maioria de Estados-devedores. Para o revolucionário russo, a época monopolista é o capitalismo em decomposição, sob a tendência à estagnação econômica.

Essa nova dinâmica da luta de classes na era monopolista além de produzir mudanças no seio das classes dominantes também transforma as classes dominadas. A tendência relativa à estagnação se soma à corrupção através da cooptação de estratos operários nos países centrais do capitalismo. Essa cooptação forma uma “aristocracia operária”, base de apoio do imperialismo e ideologicamente associada ao chauvinismo. Além disso, Lênin também nos indica uma mudança profunda no aparelho de Estado capitalista, através da fusão entre esse aparelho e a burguesia monopolista.

O imperialismo como “fase superior do capitalismo” deve ser entendido em seu sentido amplo. O imperialismo, na interpretação lenineana, é simultaneamente uma expressão econômica do capitalismo (fase monopolista e sua tendência à estagnação), uma reconfiguração do poder da classe capitalista (formação da oligarquia financeira) e uma nova forma de atividade do Estado (elemento político e militar).

Ou seja, o imperialismo, parido pelo processo de centralização e concentração de capitais e as dinâmicas sociais daí decorrentes, se mostra como uma expressão contratendencial à superacumulação de capitais.

O imperialismo enquanto uma contratendência à crise do capitalismo é o prolongamento da fase de putrefação desse modo de produção. Esse prolongamento produz novas contradições na estrutura econômica, no aparelho de Estado e na dinâmica da luta de classes. Nesse sentido, insistimos que a análise lenineana do imperialismo lançou as bases para uma perspectiva interpretativa sobre os novos fenômenos do capitalismo. Sem dúvida, não se compreende a pertinência da categoria de imperialismo na contemporaneidade apenas com Lênin, mas é impossível avançarmos na reoxigenação dos debates sobre o imperialismo sem partir da concepção profunda do revolucionário russo.

Mudanças e continuidades no imperialismo contemporâneo, à luz da teoria leninista do Imperialismo

Assim como o capitalismo, o imperialismo também passou por intensas modificações e reconfigurações em suas bases econômicas, políticas e sociais. Se no início do século XX, a colonização de países periféricos era o grande retrato político do imperialismo, após a Revolução Russa e a vitória da coalizão antifascista na Segunda Guerra Mundial, os impérios coloniais se desmontam por ação de movimentos de libertação nacional no terceiro mundo. Também no pós-Segunda Guerra se formou uma nova correlação de forças intercapitalista, com recuos do grande capital financeiro e algumas concessões ao movimento dos trabalhadores nos países centrais do capitalismo.

Esses recuos sociopolíticos do imperialismo foram impostos devido à consolidação de um campo de países socialistas liderados pela URSS e pela vitória da revolução chinesa. Os EUA emergiam como a principal potência industrial, monetária e militar capitalista e guardião dessa ordem contra a ameaça comunista. O acirramento da luta de classes e o crescimento de movimentos progressistas no centro e na periferia fizeram por sofisticar as articulações e alianças entre as classes dominantes periféricas e a classe capitalista dos países centrais. O livro de Dreifuss (1986), **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional**, demonstra o poder das articulações intercapitalistas através de diversos fóruns e agências aparentemente “neutras” para impor uma agenda política, social e econômica aos países periféricos.

A base econômica dessas articulações é o desenvolvimento do capital financeiro centralizado, associação relativamente pequena entre bancos, industriais e empresas financeiras. Diante do desmanche colonial, o sistema imperialista no pós-guerra, sob liderança dos EUA, se reorganizou através de agências internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as Nações Unidas (ONU). O economista norte-americano Harry Magdoff (1978) foi um dos primeiros a identificar as novas morfologias do imperialismo pós-Segunda Guerra Mundial. Para o autor, a nova ordem imperialista liderada pelos EUA se caracterizou pela contínua extensão dos interesses dos Estados Unidos em petróleo, mineração e manufaturas estrangeiras; extensão das bases militares, penetração das áreas pela

ajuda militar e econômica incluindo o ingresso em antigas colônias que haviam sido reserva exclusiva das metrópoles e, principalmente, a internacionalização de uma complexa rede de bancos no exterior, resguardada pelos acordos de Bretton-Woods.

Segundo Magdoff (1978), a relação de dominação entre os países imperialistas e dependentes estaria, principalmente, em três aspectos: estrutura industrial, relações comerciais mundiais e grau de força financeira (ou independência). Enquanto os países centrais teriam menos problemas com a sua balança de pagamentos, os periféricos seriam mais vulneráveis e instáveis. Não obstante, Magdoff identifica a importância do dólar como principal reserva internacional e meio de pagamento para garantir a liderança dos EUA no sistema imperialista ao viabilizar o financiamento do seu déficit na balança de pagamentos a partir dos excedentes dos países periféricos e outros países centrais.

Sendo assim, Magdoff sintetiza algumas mudanças estruturais no sistema imperialista com relação ao seu período “clássico” analisado por Lênin. Para além do colapso do sistema colonial e da emergência dos EUA, o economista estadunidense aponta duas outras mudanças nas bases econômicas e políticas do imperialismo. A primeira seria o surgimento do complexo militar-industrial; a segunda foi o surgimento de empresas multinacionais (incluindo bancos multinacionais) e sua crescente penetração na periferia; e, por fim, "a prioridade dos interesses da indústria multinacional militar nos assuntos do Estado". Essa descrição, observou ele, aplicava-se antes de tudo aos próprios Estados Unidos, mas refletia relações que também se materializavam entre potências imperiais rivais.

Cabe salientar que Magdoff fizera parte da escola de marxistas estadunidenses em torno da tradicional revista **Monthly Review**. No campo da análise do imperialismo, Magdoff deu continuidade aos estudos acerca do capitalismo monopolista protagonizados por Paul Baran e Paul Sweezy. Principalmente no clássico **O capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem social e econômica americana**, Baran e Sweezy se debruçam concretamente sobre os desdobramentos da consolidação do capitalismo monopolista nos EUA. Tendo como pressuposto a tendência relativa à estagnação econômica e as novas formas de concorrência intercapitalistas, os autores ressaltam que a principal lei que regeria a era monopólica do capital seria o problema da realização do excedente:

[...] lei do capitalismo monopolista [...] o excedente tende a elevar-se tanto absolutamente como relativamente, à medida que os sistemas se desenvolvem.

Essa lei leva imediatamente à comparação, como seria de esperar, com a lei da tendência decrescente da taxa de lucro postulada pelo marxismo clássico. Sem entrarmos na análise das diferentes versões desta última, podemos dizer que em todas há a pressuposição de um sistema competitivo. Substituindo a lei do lucro decrescente pela do excedente crescente, não estamos, portanto negando ou modificando um teorema tradicional da Economia Política: estamos, simplesmente, tomando conhecimento do fato indubitável de que a estrutura da economia capitalista sofreu uma modificação fundamental desde que tal teorema foi formulado. O que é mais essencial na modificação estrutural sofrida pelo capitalismo, de sua forma competitiva para o monopolista, encontra sua expressão teórica nessa substituição (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 79).

A partir dessa elaboração, Baran e Sweezy criam uma teoria social do capitalismo monopolista ao constatar profundas mudanças econômicas, políticas e culturais, como o agigantamento das sociedades

anônimas, a crescente burocratização social e o fortalecimento e reorganização do aparelho estatal a fim de absorver parte do “excesso de excedente econômico”.

Nessa lógica, para a “escola” de Baran, Sweezy e Magdoff a ascensão de um complexo militar-industrial dependente de encomendas estatais faz parte da economia política da era monopólica do capital. De alguma forma, os autores dão continuidade a concepção ampliada sobre o sistema imperialista de Lênin, ao conseguirem relacionar as diversas dimensões da dinâmica econômica e política e localizar o imperialismo enquanto uma contratendência às crises do capitalismo.

No entanto, a abordagem desses autores também possui limites que devem ser ponderados, sem negligenciar a grande contribuição que possuem. O principal, ao nosso ver, é muitas vezes transformar a tendência à estagnação e a dificuldade de absorção do excedente numa lei única na dinâmica do capitalismo. Conforme enfatiza Lefebvre (2020, p. 183):

Há leis universais do devir histórico (dialético) – as leis gerais (da formação econômico-social) – e leis específicas, próprias de cada época, modo de produção, estrutura ou regime social. Essas leis imbricam-se, interpenetram-se reciprocamente, envolvem-se – ou, pelo contrário, limitam-se e excluem-se. Mas são sempre leis do devir, leis em devir, leis no devir. Por consequência, não há “leis naturais” no sentido de leis independentes do tempo – leis eternas, imutáveis e absolutas.

Por isso é necessário prudência ao estudarmos a dinâmica do capitalismo e do imperialismo. As leis específicas do capitalismo, em sua fase monopólica, se relacionam com àquelas gerais descobertas por Marx, Engels e Lênin. A tendência relativa à estagnação se relaciona com a tendência à queda tendencial da taxa de lucro dos capitalistas diante do aumento do capital constante na relação com o capital variável. Os próprios fundadores do marxismo enumeram algumas contratendências à queda relativa da taxa de lucro, como a elevação do grau de exploração de trabalho, a superexploração ou a compressão do salário abaixo do seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, crescimento de uma subpopulação relativa de trabalhadores, comércio exterior e o aumento do capital por ações.

O imperialismo como uma contratendência às crises do capitalismo, em um sentido amplo, age, justamente, dentro dessas tendências e contratendências gerais e específicas. A perspectiva de Lênin sobre o desenvolvimento desigual e sobre a subordinação de outros modos de produção ao capitalismo dentro de uma formação econômico-social é extremamente atual para se compreender, por exemplo, o exercício desigual das soberanias nacionais no capitalismo contemporâneo e a dependência para a expansão desse modo de produção de contínuas expropriações de camponeses na África e na Ásia.

A formulação de Ernest Mandel sobre o “capitalismo tardio” avança no sentido de compreender as múltiplas contradições e determinações oriundas da lei do valor. Na interpretação mandeliana, o ciclo de crescimento do capitalismo, sob hegemonia fordista-keynesiana, se esgota por sua própria dinâmica interna e correlação de forças nas lutas de classes. Emerge, então, um novo ciclo com longas tendências estagnantes ou depressivas e alternando com períodos breves de expansão: o capitalismo tardio. Trata-se de uma crise permanente do capitalismo maduro, que se expressa na diminuição do tempo de rotação do capital fixo com a revolução tecnológica, donde decorre a necessidade de acelerar todo o ciclo de rotação do capital (produção, circulação e consumo).

Essa concentração agigantada de capital fez com que se aumentassem os riscos e incertezas dos investimentos que passam a exigir montantes enormes de capital e assim passa a se dar o predomínio das empresas transnacionais, assim como o incremento tecnológico exige a formação de uma mão de obra altamente qualificada. Ampliou-se, a partir desse momento, o ensino superior tecnocrático nas universidades públicas e privadas.

Diante das pressões por diminuição do tempo de rotação do capital e o fenômeno da supercapitalização, expandiu-se o setor de serviços como uma das formas de buscar nichos de valorização. Outra forma de buscar novos nichos, para Mandel, estaria na expansão do setor bélico. O aumento dos gastos com defesa, nos países imperialistas, seria uma forma de transferência de renda do Estado para os grandes conglomerados econômicos.

Mais recentemente, num contexto de revitalizar e defender a atualidade do debate sobre o imperialismo nos círculos de esquerda, os atuais editores da **Monthly Review**, John Bellamy Foster e Fred Magdoff⁵, têm utilizado a categoria de “imperialismo tardio” para compreender as expressões imperialistas contemporâneas. A base econômica do imperialismo tardio seria o capitalismo monopolista-financeiro, isto é, conforme já destacamos, trata-se, para esses autores, de uma simbiose entre estagnação econômica e financeirização: o capitalismo monopolista financeiro. Essa nova etapa do capitalismo seria a base econômica do *imperialismo tardio*. Na definição de Foster (2019):

A nova fase do imperialismo que surgiu no final do século XX e início do século XXI foi descrita por Amin e vários autores associados à *Monthly Review* como um sistema de capital monopolista-financeiro global ou um capitalismo de “monopólios generalizados”. Nesse sistema imperialista mais integrado, quinhentas corporações respondem por quase 40% da receita mundial, enquanto a maioria das outras empresas na economia mundial está enredada nas teias dessas empresas gigantescas, existindo como suas simples subcontratantes. Produção e circulação são agora organizadas na forma de cadeias mercantis globais, servindo para destacar os diferentes papéis de centro e periferia dentro dessas mesmas cadeias. Isso está de acordo com a peregrinação laboral global (“global labor arbitrage”), que serve para promover a intensificada exploração/expropriação da mão-de-obra no Sul global, levando à captura de grande parte desse valor extra pelo Norte. O aumento do controle imperialista sobre as finanças e as comunicações globais são partes inerentes deste processo, sem as quais a globalização da produção não seria possível.

Para o sociólogo estadunidense, diante do processo de deslocalização produtiva, a intensificação da exploração, em especial nos países dependentes do sul, e a expropriação de recursos naturais faz com que se aumentem os lucros e a dificuldade do excedente da renda imperialista se realizar. Para Foster, estamos vivenciando uma etapa de agressividade imperialista ainda maior contra os povos e o planeta. As empresas multinacionais estão inextricavelmente ligadas ao poder financeiro e político-militar dos Estados em que estão baseadas, sem os quais não poderiam existir por um momento e dos quais depende a sua capacidade de se envolverem eficazmente na concorrência internacional. No caso das cem maiores empresas não financeiras do mundo, três quartos têm a sua sede em apenas seis países: Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Alemanha, Japão e Suíça (FOSTER, 2019).

Embora consideremos esforço teórico e concordemos com a caracterização *tardia* da atual etapa imperialista e sua relação orgânica com o processo de financeirização ou dominância financeira do

capitalismo, discordamos da questão sobre a lei da estagnação como substitutiva da queda tendencial da taxa de lucro. Pelo contrário, sustentamos que o “imperialismo tardio”, sob hegemonia dos EUA, também age economicamente e politicamente como uma contraditória à crise sistêmica do capitalismo, incluindo aí às tendências a queda relativa das taxas de lucros dos capitalistas.

Sendo assim, o fenômeno do “imperialismo tardio”, sob base da dominância financeira e a direção dos EUA da coalização de países imperialistas, tende a ser ainda mais agressivo e desestabilizador que em outros tempos. A crise sistêmica, forjada nos problemas da supercapitalização e superprodução, se junta às dificuldades dos EUA em dirigir a coalização imperialista e manter todo o seu poder financeiro, militar e geopolítico. O “imperialismo tardio” é a expressão radicalizada e madura das condições econômicas, sociais e políticas analisadas amplamente por Lênin.

Sumariamente, essa maturidade imperialista é alcançada a partir do processo de dominância financeira e a ampliação da separação entre propriedade e gestão do grande capital monopolista. Essas características sócio-econômicas acabam por fortalecer o papel de uma fração superior no seio da classe capitalista: a oligarquia financeira. Nos dias atuais, essa oligarquia financeira se notabiliza, dentre outras atividades, por ser o grande proprietário de uma massa de capital monetário e títulos futuros na expropriação na massa de mais valia, o capital portador de juros e o capital fictício.

Para François Chesnais a radicalização da separação entre propriedade e gestão no capitalismo contemporâneo sob dominância financeira fez por emergir um novo tipo de propriedade capitalista: a patrimonial. A oligarquia financeira seria a grande proprietária desse novo tipo de propriedade que se notabiliza por deter uma série de títulos de dívida pública e privada, numa posição de exterioridade da produção:

Estamos diante de uma lógica econômica em que o dinheiro entesourado adquire, em virtude de mecanismos do mercado secundário de títulos e da liquidez a propriedade “mirulosa” de “gerar filhotes”. O “capitalismo patrimonial” é aquele em que o entesouramento estéril, representado pelo “pé de meia”, cede lugar ao mercado financeiro dotado de capacidade mágica de transformar o dinheiro em um valor que “produz” (CHESNAIS, 2005, p 51).

No entanto, para Chesnais, não haveria uma dicotomia entre “capital produtivo” e “financistas”, mas sim uma unidade contraditória. Não obstante, os grandes grupos industriais também se financeirizaram. Administrados, em grande parte, por instituições financeiras, o mundo da produção sofre pressões para que acompanhe a rentabilidade financeira e para isso crescem os cenários de formas mais intensivas, extensivas e predatórias de exploração do trabalho. Como bem explica Leda Paulani:

O ponto destacado por Chesnais permite qualificar a tese da financeirização do capitalismo. Quando se fala em dominância da valorização financeira, isso não significa que a valorização financeira seja quantitativamente mais importante que a valorização produtiva, ainda que, como veremos adiante, a riqueza financeira venha crescendo exponencialmente nos últimos 30 anos. A prevalência da valorização financeira é qualitativa mais do que quantitativa. O fato de sua exterioridade em relação à produção ter se alojado no seio mesmo da esfera produtiva é que explica um sem-número de mudanças aí ocorridas, seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização

do *just in time*, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas) (PAULANI, 2009).

A fusão entre aparelho estatal e capital monopolista também nos parece ter sido ampliada. Apesar de que, desde o pós-Segunda Guerra, tenha surgido um capital transnacional e, principalmente, após a década de 1980 e a “globalização”, esse capital tenha praticamente plena liberdade de circulação e poucos mecanismos de regulação, os Estados Nacionais são ainda fundamentais para garantir as condições sociais e econômicas para a circulação desse capital e a intensificação da exploração do trabalho, questão que o jurista português Avelãs Nunes chama de a “era da ditadura do capital financeiro”. Outro elemento que vem a “substituir” o sistema colonial de outros tempos para o imperialismo contemporâneo é o que Jaime Osorio chama de “exercícios desiguais das soberanias nacionais”. Osorio (2019), em seu estudo sobre o papel dos Estados na mundialização do capital, aprofunda a lei do desenvolvimento desigual de Lênin para compreender as diferenças no aparelho estatal entre países imperialistas e os países de capitalismo dependente.

O caráter do desenvolvimento desigual no capitalismo contemporâneo não se manifesta apenas nas diversas formas estatais a fim de garantirem a reprodução dos capitais. Diante do alto grau de internacionalização das cadeias de produção, circulação, distribuição dos lucros e da riqueza e o consumo, a lei do desenvolvimento desigual de Lênin ganhou proporções ainda mais amplas. O intelectual egípcio Samir Amin formulou acerca da mundialização da “lei do valor” para se entender a complexa relação entre países imperialistas e dependentes na contemporaneidade. Para o egípcio, mais que uma reprodução econômica “pura”, a dependência é resultante de um desenvolvimento “desigual da exploração” condicionado pela correlação de forças mundial nas lutas de classe e o papel dos Estados. O caráter desigual da exploração se expressa no intercâmbio desigual de mercadorias na economia mundial, a partir de taxas de mais valia diferenciadas, e acelera um padrão de acumulação autocentrado no centro capitalista e moldando a acumulação dependente na periferia.

Nesse sentido, Amin lança a ideia de uma hierarquização mundial dos preços e da exploração da força de trabalho. A superexploração figura nesse sentido como parte dessa hierarquização. Essa hierarquização dos preços e da exploração somada ao acesso desigual dos recursos naturais do planeta formam, segundo Amin, a renda imperialista extraída dos países dependentes pelos países centrais. Essa renda se configura como um conjunto de transferências de valores, apropriação e expropriação de recursos sociais e naturais:

Las estrategias y las prácticas puestas en práctica por los centros dominantes se emplean para conservar en beneficio propio la exclusividad del acceso a estos recursos. La renta imperialista reviste por ello una segunda dimensión, que se añade a la derivada de la jerarquización mundializada de los precios de la fuerza de trabajo (AMIN, 2011).

Em nossa perspectiva, a capacidade do imperialismo tardio em aliar a apropriação de lucros e mais-valores acumulados no mundo, a partir de uma complexa rede financeira e monetária, assim como hierarquizar o desenvolvimento desigual da exploração do trabalho, são dois dos principais fundamentos do capitalismo e do imperialismo em sua fase madura. A apropriação de recursos naturais dos países periféricos, o controle dos preços das matérias primas, a mercantilização da “questão ambiental” e a

emergência do “capitalismo de vigilância” associado ao complexo industrial-militar-acadêmico nos EUA são outras questões, não menos importantes, que revelam a “maturidade” de elementos que foram colocados por Lênin no início do século.

Breves notas conclusivas

O presente trabalho, publicado nos marcos das homenagens dos 150 anos de V. I. Lênin apresentou parte da construção teórica do revolucionário russo sobre o fenômeno do imperialismo. A partir da apresentação de categorias e tendências econômico-sociais apontadas por Lênin, destacamos a compreensão ampliada lenineana do imperialismo. Para além de um fenômeno “econômico” puro, o imperialismo se relaciona ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista e à subordinação de outros modos de produção ao capitalismo numa mesma formação econômico-social.

Por isso, sustentamos que uma leitura isolada do clássico livro de Lênin sobre o imperialismo pode abstrair elementos do desenvolvimento teórico do autor que acabam por não enfatizar a amplitude das formulações ali contidas, isto é, a capacidade de articular o imperialismo enquanto um fenômeno econômico-político que age nas entranhas das contradições do capitalismo em crise.

A capacidade de articular as partes com o todo e abstrair as principais tendências econômicas, sociais e políticas no devir de uma época tornam a formulação lenineana de imperialismo ainda fundamental para se compreender esse fenômeno, hoje ainda mais complexo e “maduro”. O imperialismo, na interpretação lenineana, é simultaneamente uma expressão econômica do capitalismo (fase monopólica e sua tendência à estagnação), uma reconfiguração do poder da classe capitalista (formação da oligarquia financeira) e uma nova forma de atividade do Estado (elemento político e militar).

Nesse sentido, tentamos demonstrar o desenvolvimento e complexidade do imperialismo contemporâneo, a partir das tendências apontadas por Lênin. O imperialismo enquanto uma contratendência à crise do capitalismo é o prolongamento da fase de putrefação desse modo de produção. Esse prolongamento produz novas contradições na estrutura econômica, no aparelho de Estado e na dinâmica da luta de classes. Conforme já mencionamos, é impossível compreender a complexidade do imperialismo tardio ou maduro apenas com Lênin, mas é pouco provável avançarmos nesse debate sem partirmos das profundas contribuições do revolucionário russo.

Referências:

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência:** A atualização necessária ante a financeirização do capitalismo (2012). Orientador: Leda Maria Paulani. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2012.

AMIN, Samir. The New Imperialist Structure. **Monthly Review**. Publicado em: 1 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ihx2ZS>. Acesso em: 10 jun. 2020.

AMIN, Samir. **La ley del valor mundializada**. Barcelona: El Viejo Topo, 2011. Arquivo Kindle.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto, 1996.

- AVELÃS NUNES, António. **A crise do capitalismo**: capitalismo, neoliberalismo, globalização. Lisboa: Página a Página, 2013.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo monopolista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CORRÊA, Hugo. **Teorias do Imperialismo no Século XXI**: (In) Adequações do debate no marxismo (2012). Orientador: Marcelo Dias Carcanholo. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas, Niterói, 2012.
- DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- FOSTER, John Bellamy. Late Imperialism: Fifty Years After Harry Magdoff's The Age of Imperialism. **Monthly Review**. Publicado em: 1 ju. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/38ftQt2>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FOSTER J. B.; MAGDOFF, F. **The Great Financial Crisis: Causes and Consequences**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. "A Commentary on a Theory of Imperialism." *In*: A Theory of Imperialism. Patnaik and Patnaik. Nova York: Columbia, 2017.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KAUSTKY, Karl. **Ultra-Imperialismo**. Marxists.org: Publicado em 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Rio de Janeiro: Abril, 1982.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **What the "friends of the people" Are How They Fight the Social Democrats**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1894/friends/index.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- LUKÁCS, György. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAGDOFF, 1978. **A era do Imperialismo. A economia da política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- NETTO, José Paulo. **Introdução**. In: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Lênin, Vladimir. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PATNAIK, Prabhat. Whatever Happened to Imperialism? **Monthly Review**. Vol. 42, nº 6: Nov. 1990. Disponível em: <https://bit.ly/2NOkfzT>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 23, n.66, 2009.

Notas

¹ Mestrado em História contemporânea na UFF. Professor de História do IFSP e doutorando no programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Vinculado como pesquisador ao Grupo de Análises Multidisciplinares em Ciências Humanas e Espaciais cadastrado no Diretório do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/247154>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7077691673520936>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3703-8710>. E-mail: luisedumfernandes@gmail.com

² Para melhor aprofundamento das questões levantadas, as teses de Hugo Corrêa (2012) e Marisa Amaral (2012) apresentam um bom balanço bibliográfico acerca das produções contemporâneas sobre o imperialismo.

³ O Populismo russo foi o movimento político e intelectual predominante entre os setores democráticos e progressistas em luta contra o czarismo no século XIX. No campo econômico, segundo José Paulo Netto (1982), os populistas repeliavam o capitalismo ocidental, com seus cortiços e sua exploração, e esperavam que a Rússia pudesse ultrapassar o capitalismo, evitando a guerra de classes, transferindo-se diretamente do subdesenvolvimento para o socialismo agrário.

⁴ A concentração de capitais e o aumento das transações bancárias modificaram radicalmente o papel desempenhado pelos bancos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo. Se atendermos à conta corrente de alguns capitalistas então parecerá que o banco se dedica apenas a operações puramente técnicas, unicamente subsidiárias. Porém, quando estas operações tomam uma extensão formidável, daí resulta que um punhado de monopolistas subordina a si as operações comerciais e industriais da sociedade capitalista em bloco: antes de mais, graças às ligações bancárias, graças às contas correntes e outras operações bancárias eles podem conhecer exatamente a situação de tal ou tais capitalistas e, em seguida, controlá-los, agir sobre eles, alargando-lhes ou restringindo-lhes, facilitando-lhes ou entretendo-lhes o crédito e, finalmente, determinar inteiramente a sua sorte, determinar os rendimentos das suas empresas, privá-los de capitais, ou permitir-lhes aumentá-los rapidamente em proporções enormes, etc (LENIN, 2012).

⁵ Em **Capitalismo Monopolista-Financeiro e a Grande Recessão**, Foster e Fred Magdoff (2009) retomam os argumentos de Baran e Swezzy com relação as contradições do capitalismo monopolista, em especial, a dificuldade de realização do excedente econômico e a tendência à estagnação. Para eles, o capitalismo contemporâneo seria essencialmente monopolista-financeiro, tendo como base duas grandes características: (1) a contradição de uma economia madura onde uma enorme capacidade produtiva não utilizada se choca uma decrescente oportunidade de investimentos, e (2) conseqüentemente gera uma tendência ao aumento do excedente, com efeitos negativos sobre a acumulação de capital (ver gráfico seguinte). Dessa forma, a relação entre finanças e produção se explica antes por um estado da economia “real”, no caso uma economia estagnada, e a possibilidade de uma saída, um refúgio para o capital nas finanças, especialmente no processo de endividamento e na especulação financeira.

Recebido: 27.07.2020
Aprovado: 25.09.2020